

**RESUMO DAS ATIVIDADES COORDENADAS PELA SECRETARIA-GERAL DA
ORGANIZAÇÃO DAS ISC DA CPLP
(Período: novembro de 2002 / julho 2004)**

Senhores Participantes da III Assembléia Geral:

**I. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES
DA II ASSEMBLÉIA GERAL, EM LUANDA**

1ª. Elaboração e distribuição da Ata da II Assembléia Geral

Em 20 de novembro de 2002 (Circular CPLP n.º 021/2002), a Secretaria-Geral encaminhou às Instituições Membros da Organização a Ata Revisada da II Assembléia Geral realizada em Luanda, nos dias 7 e 8 de novembro de 2002.

2ª. Finanças da Organização

Em 19 de fevereiro último (Circular CPLP n.º 001), esta Secretaria-Geral, em correspondência às Instituições Membros da Organização, destacou a deliberação da Assembléia Geral no sentido de que cada Instituição encaminhasse ao seu órgão de planejamento pedido de inclusão, no projeto de orçamento para 2004, da previsão do valor da respectiva cota de participação.

3ª. Moção de Apoio e Oferecimento de Cooperação Técnica a Timor Leste

Em 27 de novembro de 2002 (Ofício CPLP n.º 045), a Secretaria-Geral renovou encaminhamento a Timor Leste a Moção de Apoio e Oferecimento de Cooperação Técnica.

4ª. Deliberações da II Assembléia Geral

Em 21 de novembro de 2002 (Ofício CPLP n.º 044/2002), a Secretaria-Geral encaminhou a Guiné-Bissau o teor das discussões e das decisões havidas em Luanda. Foram enviados os Relatórios de Atividades desta Secretaria-Geral, do Centro de Estudos e Formação e da Presidência do Juiz-Conselheiro Dr. Julião António. Além disso, demos conhecimento dos textos das conclusões e das recomendações exaradas com relação aos temas técnicos “A Influência dos Tribunais de Contas nas Reformas Administrativas” e “A Boa Governação e o Papel das ISC”.

II. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DO PROGRAMA DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO PARA O BIÊNIO 2003/2004

1ª. Encaminhamento da oferta de cursos, para o 1º semestre, do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (ISC/TCU)

Em 20 de março de 2003 (Circular CPLP n.º 002), a Secretaria-Geral deu ciência às Instituições Membros da Organização da oferta, no 1º semestre, dos seguintes cursos ministrados pelo Tribunal de Contas da União:

- Auditoria de Natureza Operacional e
- Teoria da Auditoria.

2ª. Oferta de cursos, para os dois semestres, do Centro de Estudos e Formação, do Tribunal de Contas de Portugal

Em 28 de março de 2003 (Circular CPLP n.º 003), esta Secretaria-Geral fez chegar às Instituições Membros da Organização o oferecimento de cursos pelo Centro de Estudos e Formação, do Tribunal de Contas português.

III. AUDITORIAS NAS CONTAS DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA CPLP

1ª. Exercício de 2002

Essa Auditoria teve por objetivo a análise da execução financeira das contas do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente, as contas do Fundo Especial e as do Orçamento de Funcionamento, referentes ao exercício de 2002.

O trabalho foi realizado atendendo solicitação do saudoso Embaixador João Augusto de Médicis, então Secretário-Executivo da CPLP, ao titular desta Secretaria-Geral, considerando que a OISC/CPLP já auditara as contas daquele Órgão, atinentes ao ano de 2001.

Após entendimentos com as partes envolvidas, esta Secretaria-Geral convidou o Tribunal de Contas de Cabo Verde e o Tribunal de Contas da União (Brasil) para, em conjunto, auditarem aquelas contas. Prontamente aceito o convite, ambos os Tribunais designaram seus representantes para comporem a Equipa de Auditoria.

A Senhora Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, ilustre Juíza-Conselheira Edelfride Barbosa Almeida, indicou o Dr. Henrique Silva, Auditor daquela Instituição. De sua parte, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, designou os Drs.

Luciano Carlos Batista e Eugênio Lisboa Vilar de Melo, respectivamente Secretário-Geral de Controle Externo e Secretário-Geral das Sessões do TCU.

A execução da Auditoria ocorreu em Lisboa, na sede do Secretariado Executivo da CPLP, de 5 a 16 de maio de 2003. O Relatório correspondente foi devidamente firmado pelos Auditores da Equipa. Foi ele também visado pela Senhora Juíza-Conselheira Edelfride Barbosa Almeida e pelo Ministro Valmir Campelo, e a seguir encaminhado àquele Secretariado-Executivo.

2ª. Exercício de 2003

O objetivo da Auditoria às contas do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi analisar a execução financeira delas, em especial as contas do Fundo Especial e as do Orçamento de Funcionamento, referentes ao exercício de 2002.

A realização do trabalho atendeu também solicitação do então Secretário-Executivo da CPLP, ao titular desta Secretaria-Geral, tendo em vista ter a OISC/CPLP já auditado as contas da mesma Instituição, em anos anteriores.

Dando continuidade às tratativas, esta Secretaria-Geral convidou o Tribunal de Contas de Angola e o Tribunal de Contas da União (Brasil) para, em conjunto, auditarem aquelas contas. Aceito o convite, cada Tribunal indicou seus representantes para comporem a Equipa de Auditoria.

Os Auditores Doutores Vicente Domingos Basílio e Carlos Luís Miguel António foram indicados para compor a Equipa, pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Angola, Juiz-Conselheiro Julião António. Os Auditores designados pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, foram os Drs. Paulo Nogueira de Medeiros e José Maria Araújo Lima, respectivamente Secretário da Presidência e Secretário de Controle Externo do Estado do Maranhão.

A execução da Auditoria ocorreu em Lisboa, na sede do Secretariado Executivo da CPLP, de 15 a 26 de março de 2004. O Relatório correspondente foi devidamente firmado pelos Auditores da Equipa. Foi ele também visado pelo Senhor Juiz-Conselheiro Julião António e pelo Ministro Valmir Campelo, e a seguir encaminhado àquele Secretariado-Executivo.

IV. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO EXTERIOR

1ª. Instalação do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe e Seminário Internacional por ele promovido:

Por solicitação do titular desta Secretaria-Geral, o Senhor Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, do Tribunal de Contas da União, representou-nos na instalação do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe e na posse do seu Presidente, Dr. Francisco Fortunato Pires, e ainda no Seminário Internacional ali realizado, no período de 10 a 12 de junho de 2003.

V. VISITAS ORGANIZADAS PELA SECRETARIA-GERAL

1ª. Visita do Presidente do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe ao Tribunal de Contas da União (TCU):

A Secretaria-Geral organizou visita de estudos a vários setores do TCU por parte do Presidente da então Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, Juiz-Conselheiro Dr. Francisco Fortunato Pires, realizada entre os dias 2 e 6 de abril de 2003. A Delegação foi integrada pelo Presidente e pelo Juiz-Conselheiro Dr. Oliveira Rodrigues Rocha.

2ª. Visita do Conselheiro e do Secretário-Geral do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe ao Tribunal de Contas da União (TCU):

A Secretaria-Geral cuidou também da visita de estudos do Juiz-Conselheiro da então Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, Dr. José António de Monte Cristo, e do Secretário-Geral daquela Instituição, Sr. Oscar do Nascimento Aragão, ao Tribunal de Contas da União, realizada entre os dias 10 e 17 de maio de 2003.

3ª. Visita do Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

O Presidente do Tribunal de São Tomé e Príncipe, Juiz-Conselheiro Francisco Fortunato Pires, indagou ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, sobre a possibilidade de o Procurador do Ministério Público junto àquele Tribunal, Doutor Roberto Pedro Raposo, realizar visita de estudos à Procuradoria junto ao TCU, atividade esta inserida no Programa de Atividades de Cooperação no biênio 2003-2004.

Aceito o pedido, solicitou o Presidente Valmir Campelo fosse o processo conduzido por esta Secretaria-Geral. Após contatos com o Procurador-Geral, Doutor Lucas Rocha Furtado, ficou

acertado que o estágio seria realizado no período de 24 a 28 de maio naquela Procuradoria. Entre os assuntos abordados destacam-se a estrutura e o funcionamento, as competências e os serviços especiais de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, e de cobrança executiva.

Além dessas atividades, o Procurador de São Tomé e Príncipe assistiu às reuniões do Plenário e da 1ª Câmara do TCU, quando lhe foi possível acompanhar de perto a atuação dos procuradores.

VI. PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS COM A REUNIÃO DO CONSELHO DIRECTIVO DA ORGANIZAÇÃO

1ª. Pauta da Reunião do Conselho Directivo realizada em novembro de 2003, em Brasília:

Com base em Agenda organizada pelo Tribunal de Contas da União, na condição de Presidente do Conselho Directivo, a Secretaria-Geral preparou a Pauta dessa Reunião. Cada tópico da Pauta foi desdobrado com informações relativas às várias etapas da Reunião.

2ª. Pauta da Reunião do Conselho Directivo para julho de 2004:

Também seguindo Agenda preparada pelo Tribunal de Contas da União, organizamos a Pauta da Reunião do Conselho de 2004. Cada tópico da Pauta foi desdobrado com informações relativas às várias etapas da Reunião.

VII. PROVIDÊNCIAS DECORRENTES DA REUNIÃO DO CONSELHO DIRECTIVO DE NOVEMBRO 2003 EM BRASÍLIA

1ª. Documento Conjunto a Timor Leste

A Secretaria-Geral providenciou o encaminhamento da correspondência CPLP n.º 040, de 4 de novembro de 2003, subscrito pelos Presidentes dos Tribunais de Contas de Angola, Brasil e Portugal. Trata-se do convite do Conselho Directivo ao Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor Leste, Senhor Mari Alkatiri, para participar, como Observador, da III Assembléia Geral. Deliberou também o Conselho, em nome da Organização, convidar a Instituição Suprema de Controle timorense que vier a ser criada para integrá-la como Membro efetivo.

2ª. Ata da Reunião do Conselho Directivo e seu Encaminhamento às Instituições Membros da Organização

A Secretaria-Geral redigiu a Ata da Reunião de 3 de novembro de 2003. Em seguida, foi ela submetida ao exame dos Presidentes dos Tribunais participantes da Reunião. Posteriormente, por

intermédio da Circular CPLP n.º 006, de 17 de outubro de 2003, a Secretaria-Geral enviou cópia da mesma Ata às demais Instituições Membros.

VIII. PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS COM A REUNIÃO DA III ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO

A Secretaria-Geral trabalhou em conformidade com as decisões do Conselho Directivo e em estreita colaboração com o Tribunal de Contas de União com vistas à organização da presente Assembléia Geral, conforme detalhado nos seguintes itens:

1ª. Período e local da Assembléia Geral:

Seguindo orientação do Conselho Directivo, reunido em novembro de 2003, a Secretaria promoveu os contatos necessários com as Instituições Membros visando estabelecer o período e o local de realização do Evento: de 26 a 29 de julho de 2004, em Fortaleza (Circular CPLP n.º 001, de 23 de janeiro de 2004).

2ª. Temas técnicos para debate durante a Assembléia Geral:

O processo de seleção dos temas técnicos, de acordo com o Artigo 24º do Estatuto da Organização, constou de três fases, a saber: a) coleta, junto às Instituições Membros, de sugestões de temas técnicos para debate em Fortaleza, contendo propostas do Conselho Directivo (Circular CPLP n.º 002, de 26 de janeiro de 2004); b) solicitação às Instituições Membros para pontuarem, segundo preferência de cada Instituição, os temas sugeridos por todos os Tribunais (Circular CPLP n.º 004, de 26 de janeiro de 2004); e c) apuração dos dois temas técnicos preferidos, divulgação, junto às Instituições Membros, dos mesmos temas, que serão debatidos na III Assembléia, ao mesmo tempo com a solicitação para a elaboração dos respectivos trabalhos (Circular CPLP n.º 006, de 26 de abril de 2004).

3ª. Elaboração da Proposta de Programa de Atividades de Cooperação para o biênio 2005-2006

Por intermédio da Circular CPLP n.º 003, de 9 de fevereiro de 2004, a Secretaria-Geral, com base no Artigo 19º, alínea “g” do Estatuto da Organização, solicitou às Instituições Membros sugestões de ações para inclusão na proposta de Programa de Atividades de Cooperação para o período de 2005-2006. Recolhidas as propostas, foram elas consolidadas em documento para apreciação da Assembléia Geral.

IX. PLANEJAMENTO DE REPERTÓRIO

Com vistas à elaboração de Repertório reunindo as principais características das Instituições Membros de nossa Organização, a Secretaria-Geral solicitou a todos os Tribunais informações a respeito da história da criação de cada um deles; de sua composição, com os respectivos cargos, dos integrantes do Colegiado deliberativo; da vinculação institucional com os Poderes do Estado Nacional e do processo de escolha de seu Presidente, entre outros dados (Circular CPLP n.º 007, de 3 de maio de 2004).

X. REALIZAÇÃO DE CURSO E ESTÁGIO NO EXTERIOR

Em conformidade com entendimentos com o Tribunal de Contas português, foram oferecidas vagas para Analistas de Controle Externo do Tribunal de Contas da União para os cursos *Métodos Quantitativos e Estatísticos em Auditoria* e *Avaliação de Sistemas de Controle Interno*, a serem realizados pelo Centro de Estudos e Formação do Tribunal de Contas de Portugal, no período de 2 a 5 de dezembro de 2003.

Ademais, foi acertada com aquele Tribunal a realização de estágio de treinamento na semana precedente aos cursos.

O Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, autorizou a seleção de dois Analistas para participarem, naquela Egrégia Instituição, dos referidos cursos e do estágio.

1º. Curso: Métodos Quantitativos e Estatísticos em Auditoria

Os Analistas de Controle Externo Francisco Carlos Ribeiro de Almeida e Gualter Ramalho Portella, do Tribunal de Contas da União, participaram, no Centro de Estudos e Formação do Tribunal de Contas de Portugal, do Curso *Métodos Quantitativos e Estatísticos em Auditoria*, no período de 2 a 5 de dezembro de 2003.

2º. Curso: Avaliação de Sistemas de Controle Interno, precedido de Estágio

Os Analistas de Controle Externo Francisco Carlos Ribeiro de Almeida e Gualter Ramalho Portella, do Tribunal de Contas da União participaram, no mesmo Centro de Estudos e Formação, do Curso *Sistemas de Controle Interno*, no período de 2 a 5 de dezembro de 2003.

Estágio de Treinamento no Tribunal de Contas português

Na semana precedente aos Cursos acima referidos, de 24 a 28 de novembro, os mesmos Analistas participaram de estágio de treinamento realizado na capital portuguesa.

O Analista Gualter Portella estagiou no *Departamento de Auditoria IX*. Entre os assuntos abordados, destacam-se: Concessões de Auto-Estradas; Privatização na Área Bancária; Parcerias Público-Privadas na Área de Saúde e Relatório do Tribunal de Contas Europeu.

XI. REALIZAÇÃO DE CURSOS NO INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA – ISC/TCU

De acordo com autorização do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, foi facultada às Instituições de Contas da Organização a participação nos cursos *Auditoria de Natureza Operacional* e *Teoria da Auditoria* (Circular CPLP n.º 002, de 20 de março de 2003 e Circular CPLP n.º 003, de 28 de março de 2003).

1º. Curso: Auditoria de Natureza Operacional

Participaram desse curso, realizado de 22 a 30 de abril de 2003, os técnicos Drs. Gilberto Magalhães e José Manuel Liahuca, do Tribunal de Contas de Angola; a técnica Dra. Marta Moreira Lopes, do Tribunal de Contas de Cabo Verde; e os técnicos Drs. Altina Bandeira Cravid e Leonel Carvalho Severino de Barros, do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe.

Após a realização do curso, no período de 5 a 9 de maio, foi oferecido aos técnicos estágio nas seguintes Secretarias do TCU: Macroavaliação Governamental, Planejamento e Gestão, Adjunta de Fiscalização, Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, Adjunta de Contas, Fiscalização de Desestatização e Fiscalização de Pessoal.

O estágio dos técnicos de São Tomé e Príncipe estendeu-se por mais uma semana, até o dia 16 de maio.

2º. Curso: Teoria da Auditoria

Os participantes desse curso, realizado de 19 a 23 de maio de 2003, foram os técnicos Drs. Altina Bandeira Cravid e Leonel Carvalho Severino de Barros, do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, e o Dr. Contador-Geral Domingos da Silva e a Dr.^a Antoniza de Fátima da Rocha Bonfim, os dois últimos do Tribunal de Contas de Angola.

Ilustres Senhores Conselheiros,

Relacionadas assim as principais ações desta Secretaria-Geral a partir da realização da II Assembléia Geral, em Luanda, finalizamos o presente Relatório expressando nosso reconhecimento a Vossas Excelências pela constante e preciosa colaboração prestada para o desenvolvimento das atividades da Secretaria e pelo crescente estímulo para o prosseguimento da relevante missão a nós confiada.

Por fim, registramos nossos especiais agradecimentos ao digno Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, cujo permanente apoio, ao longo de todo esse período, nos proporcionou os meios necessários para a coordenação dos trabalhos de cooperação mútua e conagração entre as Instituições de Contas da CPLP.

Brasília, 28 de julho de 2004.

Ministro LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA
Secretário-Geral